

NO CURSO
DAS IDÉIAS



O mundo em 20 minutos

Até o *New York Times* investe em jornal de metrô, a leitura grátis mas descartável

POR
**SÉRGIO
AUGUSTO**
JORNALISTA

DESASTRE PARA A IMPRENSA, IDEAL PARA QUEM TEM PREGUIÇA OU VICIOU NA TV

Foi-se o tempo em que jornal *underground* era um tablôide de circulação restrita, feito e lido por uma pequena confraria, gazeta de hippie e dissidente político. O único tablôide *underground* digno deste rótulo, hoje em dia, é aquele distribuído gratuitamente nos metrô. Ao contrário dos jornais tradicionais, os *metropapers* vão de vento em popa, embandeirados de anúncios, procriando-se que nem ratos por todos os continentes, e tentando fazer com as escassas esperanças de recuperação e sobrevivência dos jornalistas tradicionais o que os romanos fizeram com Cartago.

“Vocês estão liquidados!”, vo-

ciferou um metrojornalista, dirigindo-se à maioria dos presentes a um simpósio de editores em Chicago, meses atrás. Parecia um daqueles barbudos profetas de *cartoon*, anunciando o fim do mundo. Só que o levaram a sério. Mas, se boa parte da platéia estremeceu diante da ameaça, vários dos circunstantes, menos sugestionáveis e paranoicos, preferiram se lembrar do tão anunciado e não consumado fim do livro, do teatro, do cinema – e foram reavaliar suas aflições, com a frieza necessária.

O leitor-padrão da imprensa escrita, dizem, está envelhecendo e morrendo. Os que deveriam substituí-lo ou têm preguiça de ler ou se acostumaram a buscar informação gratuita na internet e nos telejornais. Sobre tudo para estes (faixa etária entre 18 e 35 anos) é que foi inventado o *metropaper*: um digesto dos jornais tradicionais, cómodo no formato (tablôide), rápido de ler (textos curtos e superficiais), grátis como mictório e água de bebedouro. Quem banca o maná é a publicidade.

Alguns jornais de metrô já estudam maneiras de inserir propaganda subliminar em suas reportagens; ardid precedente se considerarmos que os *metropapers* não nasceram com os mesmos ideais do *New York Times* ou

qualquer outra publicação que, até por não ser distribuída gratuitamente, é mais valorizada pelos leitores. Jornal gratuito é sinônimo de jornal descartável. Dessa maldição só os veículos engajados conseguem escapar.

Há quem aprecie os metrojornais e até os leve para casa; outros os desprezam e os largam em qualquer canto, sujando vagões e plataformas, bloqueando trilhos. Alguns usuários do metrô de São Paulo costumam sair de casa mais cedo para não perder o seu exemplar do *MetrôNews*. Com uma circulação diária de 120 mil exemplares e o mesmo tempo de vida do metrô paulistano (30 anos), o *MetrôNews* esgota sua edição com a mesma rapidez dos congêneres e, como estes, pode ser lido de cabo a rabo em apenas 20 minutos, a duração média de uma viagem.

(Vinte tornou-se um número mágico para a indústria dos jornais de metrô: chama-se *20 Minutos* um metrodíário espanhol, *20 Minutes* um *metropaper* londrino e *20 Cents* um *metroZeitung* alemão.)

A redação de um metrojornal pode caber toda num elevador de carga; apertadinha, mas cabe. A do *Metro*, o diário do metrô parisiense, estacionou em 33 pessoas. Como mercado de traba-

lho, é uma piada. Na medida em que empobrece e restringe o exercício da profissão, não é um bom negócio para jornalistas ambiciosos. O requisito básico para um metrojornalista é ser um hábil “recórter” e um redator com poder de síntese, pois o grosso da matéria-prima à sua disposição vem de agências noticiosas.

Diários compactos como os jornais de metrô e as nefandas imitações do *USA Today* fatuaram em cima não apenas da “falta de tempo da vida moderna”, mas, principalmente, da preguiça e da apatia humanas. São muito lidos (ou folheados) mas não acumulam prestígio, não têm força política, não influenciam eleições, não abalam os alicerces de um governo, não derrubam ministros nem defenestram presidentes – até porque evitam análises e comentários, esquivam-se de polêmicas e procuram não ter opinião formada sobre nada. São a negação do que o jornalismo tem de melhor.

Um conglomerado sueco, *Modern Times Group and Metro* (MTGM), domina amplamente o setor, patrocinando 54 metrojornais diários, em 16 países e 15 línguas. Sozinho ou de parceria. Se não consegue exclusividade do ponto (isto é, de todas as estações do metrô), arrepia carreira. Tal exigência, absoluta-



REPRODUÇÃO
NY – A leitura no metrô, em 1904

mente necessária para o pleno êxito do negócio, já lhe deu sérios problemas em Toronto e na Filadélfia. O monopólio faz parte do DNA dos metrojornais. Os suecos já chegaram a Santiago do Chile (*Metrodiario*), onde também enfrentaram pressão da imprensa local, a Buenos Aires (*Publimetro*), e quase emplacaram no metrô do Rio de Janeiro há quatro anos, usando dois brasileiros como testas-de-ferro. O *MetrôNews* de São Paulo é propriedade do deputado estadual e ex-prefeito de Guarulhos Paschoal Tomeu, e 20 anos mais antigo que o primeiro jornal da MTGM, lançado em Estocolmo. Nem os EUA escaparam ao

MTGM. Os suecos já implantaram lá cinco jornais. Um deles é o *Metro Boston*, que há menos de um mês teve 49% de suas ações compradas pelo *New York Times*, por US\$ 16,5 milhões. Os jornalões se protegeram atacando. O *Washington Post* lançou o *Express*. A *Tribune Company*, proprietária do *Chicago Tribune* e do *Los Angeles Times*, jogou no metrô de Chicago o *RedEye* e, no metrô de Nova York, o *amNew York*, que concorre com o *Metro New York*, uma das últimas jóias da coroa do MTGM.

No desespero, alguns veículos partiram para a imitação, pura e simples. Ou viraram tablôides, como o londrino *Independent* (cuja circulação aumentou 15% depois da mudança), ou passaram a ser distribuídos gratuitamente, como o argentino *La Razón* e o *San Francisco Examiner*, tirando o ganha-pão dos jornalheiros e aumentando o contingente de desempregados. De um dia para o outro, o *SF Examiner* perdeu 30 páginas, 40 jornalistas e, o que é pior, 117 anos de prestígio. Seu fundador, William Randolph Hearst, só não revirou mais de uma vez na tumba porque seu neto já passara o jornal nos cobres em novembro de 2000, para ficar só com o *San Francisco Chronicle*. Que ainda resiste. Mas até quando?●

Laboratório de preconceitos

Faltou sabedoria ao reitor de Harvard que alegou razão biológica para escassez feminina na Ciência

Maria Teresa Citeli *

Ninguém vai acreditar, sobretudo aqueles que saíram rapidamente em defesa do reitor da Universidade de Harvard, Lawrence Summers, mas a bióloga Nancy Hopkins, do MIT, não é uma militante feminista. Em entrevista à revista *Science*, em 1999, ela declarou: “Eu evito o feminismo como uma praga, durante toda minha carreira, fugi dele. Não tenho esse problema que atingiu uma geração anterior a minha.”

É preciso, portanto, considerar que há outras questões em jogo no recente debate sobre a escassez de mulheres em certas carreiras científicas. O tema, que ganhou destaque na imprensa brasileira e internacional, é abordado com mais frequência nos editoriais e reportagens de revistas científicas como a *Science* e a *Nature* e em relatórios acadêmicos que raramente chegam ao grande público. Foi parar na grande imprensa depois que Nancy Hopkins e outras cientistas se irritaram e abandonaram uma importante conferência porque o reitor da Universidade de Harvard, Lawrence Summers, teria dito que as diferenças biológicas entre os sexos poderiam ser um dos fatores que explicam o reduzido sucesso feminino em disciplinas como as Ciências e a Matemática.

Logo depois, os pedidos de desculpas apresentados pelo reitor não foram suficientes para aplacar a insatisfação de algumas cientistas, sobretudo as de Harvard, que, segundo a *Science* (17/09/2004), estão querendo discutir com ele a expressiva queda no percentual de mulheres da Faculdade de Artes e Ciências com contrato definitivo (de 37% em 2000 para 15,8% em 2004), ocorrida justamente durante a gestão de Summers. Na sequência, pesquisadores de diferentes áreas disciplinares, de ambos os sexos, estão sendo convidados a manifestar opiniões para negar, exagerar ou minimizar o impacto de fatores biológicos e evolutivos sobre as aptidões e os comportamentos femininos e masculinos. Outros, incluindo colonistas de jornais e revistas, invocam o obscurantismo e os desvarios e radicalismos do feminismo – um movimento que segundo muitos já devia estar morto e enterrado – para explicar a indignação das mulheres, que consideram injustificada.

Não é de admirar que o episódio tenha instigado discussões apaixonadas até aqui no Brasil, onde esse tipo de assunto quase sem-

pre passa despercebido. Ele é polêmico porque envolve questões controversas e antigas – como política científica, contribuição das ciências biológicas para a atribuição de diferenças entre os sexos e o lugar ocupado pelas mulheres na produção das ciências e na vida universitária –, algumas das quais merecem ser melhor explicitadas.

É preciso desfazer a falsa idéia de que o debate sobre a escassez das mulheres em carreiras científicas e em altos postos acadêmicos é uma luta do movimento feminista. A maioria das cientistas insatisfeitas com o tratamento discriminatório que recebem das universidades, como a própria Nancy Hopkins – bióloga molecular do MIT mencionada por quase todas as matérias e entrevistada por diversos jornais americanos porque fechou seu laptop e saiu ostensivamente da sala durante a fala de Summers –, não se considera feminista. Desde que liderou as reivindicações contra a discriminação feminina no MIT, há quase dez anos, essa pesquisadora tornou-se símbolo desse debate. Seu telefone não parou de tocar. São mulheres acadêmicas pedindo conselhos ou convidando-a para palestras sobre discriminação. Para ela, essa é a evidência mais clara de que o problema não se concentra apenas em sua instituição.

Sua indignação começou a se manifestar em 1994, quando liderou outras 14 mulheres – entre 194 homens na School of Science do MIT – para reclamar que, em comparação com seus colegas do

CASO REABRIU DEBATE SOBRE BAIXO NÚMERO DE CONTRATADAS NAS FACULDADES

sexo masculino, elas ganhavam menores salários, tinham menos espaço em seus laboratórios e menos acesso a recursos para pesquisa e a posições envolvendo maior responsabilidade. Um comitê designado pelo então reitor da unidade para investigar a situação concluiu que todas as denúncias eram procedentes. Até porque, quando o relatório que investigou as denúncias de Nancy ficou pronto, as professoras do MIT ouviram um pedido público de desculpas do então presidente do instituto, Charles Vest. Em 1999, ele declarou: “Sempre pensei que a discriminação de gênero nas universidades



BERLINDA – Nancy Hopkins, do MIT, virou porta-voz das cientistas ao protestar em conferência dias atrás

fosse parte realidade e parte percepção, mas agora entendi que a realidade é de longe a maior parte da questão.” Só há pouco tempo chegaram as notícias de que o MIT tinha finalmente corrigido as distorções denunciadas, inclusive as salariais.

DETERMINISMO BIOLÓGICO
É bom lembrar que há mais de cem anos as cientistas têm se defrontado com teorias que invocam diferenças sexuais presumidamente derivadas do processo evolutivo. Anne Fausto-Sterling é uma estudiosa do assunto a apontar que, desde a publicação das obras de Darwin sobre a teoria da evolução, registra-se a reação de mulheres cientistas adotando basicamente duas perspectivas: enquanto algumas negam o potencial das ciências biológicas para explicar arranjos sociais, outras reinterpretam estudos da Biologia sobre diferenças sexuais, admitindo que estes podem explicar comportamentos humanos e desigualdades sociais. Em 1875, Antoinette B. Blackwell publicou *The sexes Throughout Nature*, afirmando a igualdade entre os sexos e refutando as observações de Darwin. No seu entender, ele havia deixado de considerar que, para cada característica desenvolvida pelos homens no processo evolutivo, as mulheres haviam desenvolvido outras, complementares. Segundo essa autora, Darwin atribuiu indevida proeminência à evolução masculina.

Duas décadas mais tarde, em 1893, outra mulher, Elisa Gamble, publicou *An inquiry into the Dogma of her Inferiority to Man* defendendo a superioridade feminina. Ao reinterpretar as observações de Darwin (que ela considerava um excelente observador), alegava que a divisão sexual do trabalho conduziu (mulheres e homens) por linhas evolutivas divergentes, que resultaram no desenvolvimento, por parte das mulheres, das mais altas qualidades sobre as quais repousaria o destino da humanidade. Segundo ela, apenas os preconceitos masculinos poderiam ter impedido o cientista de constatar essa superioridade feminina, expressa na superioridade moral e de inteligência. Enquanto Blackwell afirmava a igualdade, reclamando que Darwin havia ignorado as mulheres, Gamble propugnava a superioridade feminina e denunciava preconceitos masculinos na obra de Darwin.

Nos últimos vinte anos são incontáveis as disputas e contestações em torno das afirmações científicas que invocam diferenças evolutivas ou localizadas no corpo (cérebro, genes e fisiologias masculina e feminina) para tentar explicar possíveis variações das habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade humanos.

Como todos nos lembramos, o determinismo biológico tem sido refutado sobretudo por cientistas preocupados com as consequências sociais e políticas que advém

dessas afirmações. Por determinismo biológico entende-se o conjunto de teorias que defende que a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades, ou comportamentos e variações das habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade humanos, deriva de limites ou privilégios inscritos no corpo, nas células, nos hormônios, enfim, na biologia. Segundo Stephen Jay Gould: “Poucas tragédias podem ser maiores que a atrofia da vida; poucas injustiças podem ser mais profundas do que

QUESTÃO ENVOLVE POLÍTICA CIENTÍFICA, DIFERENÇA SEXUAL E CAUSAS FEMINISTAS

o ser privado da oportunidade de competir, ou mesmo de ter esperança, devido à imposição de um limite externo, que se tenta fazer passar por interno.” As declarações dos cientistas apresentadas na cobertura da mídia sobre o recente episódio em Harvard parecem confirmar que a disputa em torno das bases biológicas das diferenças está longe de terminar. Por isso mesmo, um último tópico deve ser acrescentado ao debate.

Buscando tornar mais produtivas as discussões sobre a participação minoritária das mulheres nas ciências e encontrar soluções para esse problema, os cientistas decidiram

abandonar fantasmas antigos para caçar novos talentos, deixando de lado as intermináveis controvérsias em torno do impacto dos fatores biológicos sobre as aptidões femininas.

Nos últimos anos, as grandes associações científicas como a American Association for the Advancement of Science (AAAS), a International Union of Pure and Applied Physics (IUPAP), juntamente com organismos governamentais como o National Science Foundation (NSF) e fundações privadas têm investido significativos recursos financeiros para realizar pesquisas e implementar programas para promover o recrutamento, a retenção e o retorno (3 Rs) de mulheres para a prática científica.

O debate em curso, ao contrário do que pode sugerir a polêmica recente, não remete à injustiça contra as mulheres e menos ainda o direito destas à prática científica. O principal argumento concentra-se nos benefícios que a incorporação de mulheres pode trazer para a ciência, pois a sub-representação ameaça a ciência, sobretudo pela perda de talentos e genialidades da metade da população.

A ciência brasileira não se encontra alheia ao problema representado pela perda de talentos femininos, enquanto políticas dessa natureza já começam a ser esboçadas para a América Latina. Os participantes da conferência “Mulheres Latino Americanas nas Ciências Exatas e da Vida”, realizada no Brasil em 2004, registraram dentre os resultados do encontro, disponíveis no site do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (www.cbpf.br/~mulher/conclusoes.html), que as afirmações sobre a falta de aptidões das mulheres para as carreiras científicas são um equívoco. Declaram isso para depois recomendar um amplo leque de ações de incentivo e recrutamento.

Essa nova maneira de encarar a questão merece ser considerada promissora até por aqueles que advogam a existência dos fatores inatos. Se depois da implantação de políticas científicas mais acolhedoras para as mulheres o déficit permanecer, as explicações com base na determinação biológica e nos processos evolutivos certamente provocarão menos indignação.●

*Doutora em Sociologia pela USP, professora no DPCT – Departamento de Política Científica e Tecnológica/IGE/UNICAMP